



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa
e Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 38/2018

Período: 20/10/2018 – 26/10/2018

GEDES – UNESP

- 1- Órgãos de Defesa, do Judiciário e de Inteligência se reuniram para reagir à propagação de notícias falsas durante período de eleição
- 2- Candidatos ao governo do estado do Rio de Janeiro propuseram a continuação de operação das Forças Armadas
- 3- Auditoria revelou utilização da verba da MINUSTAH para confraternizações
- 4- Sucessão nas Forças Armadas será pauta para o próximo presidente
- 5- Periódicos discutiram previdência de militar
- 6- Colunistas comentaram aspectos do regime militar
- 7- Periódicos abordaram perspectivas para as Forças Armadas em um eventual governo de Jair Bolsonaro
- 8- Comentários de políticos geraram preocupação aos militares
- 9- Coronel do Exército insultou STF e ameaçou intervenção militar
- 10- Militares devem ajudar na realização das eleições 2018
- 11- Exército recebeu blindados EUA
- 12- Presidenciável quer colocar um militar no comando da Petrobrás
- 13- Militares se preocuparam com a situação política do Brasil
- 14- Editorial comentou envolvimento de militares na política
- 15- Presidente eleito poderá usar aeronaves da FAB durante a transição de governos
- 16- General afirmou que a ausência de presidenciável deveu-se a possível atentado
- 17- Justiça Federal suspendeu processo seletivo do Exército
- 18- Colunista evidenciou preocupação das Forças Armadas com discurso de presidenciável

1- Órgãos de Defesa, do Judiciário e de Inteligência se reuniram para reagir à propagação de notícias falsas durante período de eleição

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, os representantes do Centro de Defesa Cibernética do Ministério da Defesa, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) se reuniram para propor projetos contra a propagação de notícias falsas no período de eleição de 2018. A reunião ocorreu após nota da rede social “WhatsApp” sobre quatro empresas suspeitas de realizar envio maciço de mensagens e venderem bases de dados de usuários para serem utilizadas em propaganda. (*Correio Braziliense – Política – 20/10/18*)

2- Candidatos ao governo do estado do Rio de Janeiro propuseram a continuação de operação das Forças Armadas

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, os candidatos a governador do estado do Rio de Janeiro planejam negociar a continuidade do decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Tanto o candidato pelo Partido Social Cristão (PSC), Wilson Witzel, quanto o candidato pelo Democratas (DEM), Eduardo Paes, propuseram a prorrogação da medida que permite a atuação das Forças Armadas no estado, iniciada em julho de 2017 e prevista para acabar em dezembro de 2018. O decreto de GLO tem vigência paralela à intervenção federal no estado. O jornal ressaltou críticas de especialista contra o decreto, caracterizando-o como equivocado e ineficaz em reduzir a violência apesar do elevado investimento do governo federal. (*Folha de S. Paulo – Cotidiano – 20/10/18*)

3- Auditoria revelou utilização da verba da MINUSTAH para confraternizações

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, uma auditoria realizada pelo escritório da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) revelou a utilização de verba para realizar jantares, *happy hours*, festas, turismo e outras confraternizações para seus funcionários. A auditoria sobre a operação, que contou com intensa participação das Forças Armadas brasileiras, foi concluída em maio de 2018, porém foi mantida em sigilo até o momento. Esse exame concluiu que aconteceu uma “corrida contra o tempo” para gastar os milhões restantes de verba antes do encerramento oficial da operação em outubro de 2017, sem a devida licitação dos organizadores da operação. Segundo o periódico, a apuração se referiu aos escritórios mantidos pela ONU no Haiti, e não aos soldados brasileiros ou ao comando militar da força. (*O Estado de S. Paulo – Internacional – 20/10/18*)

4- Sucessão nas Forças Armadas será pauta para o próximo presidente da República

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, uma das atribuições do novo presidente da República será nomear o sucessor de comando nas Forças Armadas. Segundo o jornal, o perfil considerado ideal entre os militares para assumir o Exército, a Marinha ou a Aeronáutica, no atual momento do país, é de um oficial-general que tenha forte liderança e interesse político. De acordo com *O Estado*, os nomeados também precisam “ter pulso firme” para impedir interferências do governo nas forças e vice-versa. Na Marinha, o atual chefe do Estado-Maior da Armada, almirante de Esquadra Ilques Barbosa Júnior, apresenta o maior apoio entre colegas. Na Aeronáutica, há divisões nas preferências internas. Segundo militares ouvidos por *O Estado*, o atual chefe do Estado-Maior da Força Aérea, brigadeiro Raul Botelho, é o favorito. Se escolhido, Botelho será o primeiro negro a assumir o posto. O Exército apresenta a sucessão mais delicada. Caso o candidato do Partido Social Liberal (PSL) Jair Bolsonaro seja eleito presidente da República, os nomes considerados mais fortes são o do chefe do Estado-Maior do Exército, general Paulo Humberto César de Oliveira – número dois na linha de antiguidade –, e o comandante Militar do Sul, Geraldo Antônio Miotto. Caso o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Fernando Haddad, vença as eleições, avalia-se que ele optará pelos primeiros nomes da lista de antiguidade. *O Estado* cogitou a possibilidade de que o general Marcos Antônio Amaro dos Santos, responsável pela segurança da ex-presidenta da República Dilma Rousseff, seja o escolhido para o comando da Força. (*O Estado de S. Paulo – Política – 21/10/18*)

5- Periódicos discutiram previdência de militar

De acordo com os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, os militares das Forças Armadas devem contar com um reforço no apoio político no ano de 2019 para manter benefícios previdenciários vigentes. Responsáveis por 44% dos gastos previdenciários da União, os militares terão maior representatividade na Câmara dos Deputados, devido à eleição de seis deputados federais da categoria. Em entrevista para *O Estado*, o analista político Rafael Cortez afirmou que, caso o candidato à presidência pelo Partido Social Liberal (PSL), capitão da reserva do Exército e deputado federal, Jair Bolsonaro, vença as eleições, a composição ministerial de seu governo, com integrantes das Forças Armadas, deverá inviabilizar a reforma da Previdência entre os militares. O deputado federal pela mesma legenda no estado de Goiás, major da reserva Vitor Hugo Almeida, destacou que a situação da previdência dos militares tem de ser analisada com cautela, uma vez que a carreira tem especificidades como o não pagamento de hora extra e a ausência de adicional noturno. O major afirmou ser favorável a uma reforma da previdência militar, porém contra a proposta apresentada pelo governo do atual presidente da República, Michel Temer. O deputado federal e candidato eleito para o Senado pelo Partido Social Liberal (PSL), major Olímpio, questionou a existência do déficit previdenciário e defendeu uma auditoria na área. Olímpio também afirmou ser contrário à reforma proposta por Temer. Segundo a *Folha*, o gasto com militares no Brasil representa um quarto da despesa federal com o funcionalismo público, sendo que “de cada R\$ 3 gastos com a folha de pessoal dos militares, R\$ 2 vão para aposentadorias e pensões, que custam cerca de R\$ 47,5 bilhões por ano”. De acordo com a *Folha*, nos últimos 12 meses os investimentos da Defesa chegaram a R\$ 10,4 bilhões, valor que representa um quinto do total de investimentos federais. Em entrevista para *O Estado*, o economista da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), Hélio Zylberstajn, propôs que, para diminuir as despesas com as aposentadorias pagas aos militares da reserva, os militares devem deixar suas carreiras aos 55 anos e, em seguida, trabalhar no setor público civil. O economista e presidente da instituição de ensino superior Insper, Marcos Lisboa, reconheceu que a carreira militar tem especificidades que precisam ser consideradas em uma reforma. Para *O Estado*, Lisboa afirmou que as regras do Brasil deveriam ser similares às dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e ressaltou que a aposentadoria prematura dos policiais militares é um dos fatores que têm levado os Estados a graves crises financeiras e de segurança. Segundo outro economista da Fipe, Paulo Tafner, para diminuir os gastos com o setor, seria necessário um aumento da contribuição dos próprios militares – hoje de 7,5%. Marcos Holland, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas, afirmou que “nem países que entram em frequência em conflitos são tão generosos com os militares como o Brasil”. (*Folha de S. Paulo* – Mercado – 21/10/18; *O Estado de S. Paulo* – Economia – 21/10/18)

6- Colunistas comentaram aspectos do regime militar

Em coluna opinativa para o periódico *O Estado de S. Paulo*, o desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e ex-secretário de Justiça do Estado de São Paulo, Aloísio de Toledo César, afirmou que foram as reformas de base, defendidas pelo então presidente da República, João Goulart, e Leonel Brizola, e almejadas por operários soldados, cabos e sargentos, que fizeram despertar os pedidos por um golpe das Forças Armadas em 1964. Segundo César, a divergência pública de sargentos e cabos aos seus oficiais, que é considerada um desrespeito à disciplina nas Forças Armadas, difundiu o medo de uma ditadura de esquerda,

levando a uma intervenção feita “sem nenhuma delicadeza (ao contrário, havia tanques e canhões nas ruas)”. Conforme o colunista, a partir do golpe militar vieram os “dias sombrios, às vezes chamados de tempos de chumbo”, em que existiu uma forte repressão das forças militares. Em coluna opinativa para o jornal *Folha de S. Paulo*, o jornalista Bruno Boghossian criticou a “aparente disposição em normalizar os horrores do autoritarismo e da tortura” do regime militar (1964-1985), por parte de alguns candidatos nas eleições de 2018. Segundo Boghossian, essa normalização ganhou “ares oficiais” quando o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, afirmou “que a deposição do presidente da República em 1964 não foi um golpe militar, mas um ‘movimento’”. Boghossian também criticou a forma como o candidato à presidência da República pelo Partido Social Liberal (PSL), capitão da reserva do Exército e deputado federal, Jair Bolsonaro, se refere ao torturador coronel Carlos Brilhante Ustra (1932-2015). O colunista também comentou as falas do vice de Bolsonaro, o general da reserva do Exército Hamilton Mourão, que considera Ustra “um herói, mesmo condenado pelas barbaridades que cometeu”. Na coluna, o jornalista também apresentou os resultados de uma pesquisa realizada pelo Datafolha que mostrou que 32% dos brasileiros consideram que “o legado da ditadura militar foi positivo para o país”. Segundo o autor, em 2014 o índice de respostas favoráveis a ditadura era de 22%. De acordo com Boghossian, “militares reformados e da reserva podem participar da vida política”, mas isso não é razão para “tentarem apagar as atrocidades da ditadura”. Em coluna opinativa para a *Folha*, o servidor federal e doutor em sociologia pela Universidade de Oxford, Celso Rocha de Barros, afirmou que Bolsonaro representa a dissidência extremista do regime militar. Para Barros, o culto a Ustra é uma “lepra moral” e Bolsonaro representa “a facção das Forças Armadas que ganhou poder quando a tortura se tornou parte importante do regime”. Barros afirmou categoricamente que “Bolsonaro é o porão”. (*Folha de S. Paulo – Colunas e blogs – 22/10/18; Folha de S. Paulo – Opinião – 25/10/18; O Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 22/10/18*)

7- Periódicos abordaram perspectivas para as Forças Armadas em um eventual governo de Jair Bolsonaro

Em coluna opinativa para o periódico *Correio Braziliense*, o jornalista Leonardo Cavalcanti afirmou que membros do Exército tentam “blindar” a imagem da corporação no caso de um eventual fracasso no governo do presidente Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL). Segundo Cavalcanti, os militares têm medo de que a confiança da população nas Forças Armadas seja prejudicada com a “derrocada do projeto de direita”. O assunto foi discutido na semana do dia 22/10/18 pelo Alto Comando do Exército, que também debateu a indicação de militares a cargos de segundo escalão para “não misturar de vez o governo Bolsonaro com a caserna”. Segundo Cavalcanti, Bolsonaro não é o candidato “dos sonhos” de oficiais da força, sendo visto “como um sindicalista — defensor de interesses corporativos” que atrapalhava a imagem da corporação. De acordo com Cavalcanti, no primeiro turno das eleições, parte dos oficiais do Exército votou em outros candidatos, mas no segundo a adesão foi total em Bolsonaro, mesmo com algumas ressalvas. Em coluna opinativa para o periódico *Folha de S. Paulo*, o jornalista Igor Gielow afirmou que um eventual governo do capitão reformado pode trazer um prestígio militar inédito desde a redemocratização de 1985, mas generais acreditam que essa “militarização pode se voltar contra a instituição”. De acordo com o jornal, o ministério da Defesa propôs a manutenção da equipe de interlocução do ministério com o Legislativo para Bolsonaro, para “marcar posições” em discussões

como a inclusão de militares em uma reforma da previdência ou a agenda de segurança pública. Segundo a *Folha*, dentre os nomes para fazer interlocução com os outros poderes estão o general da reserva Augusto Heleno, para o Ministério da Defesa, e o general Fernando Azevedo e Silva, como assessor do presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli. Conforme os colunistas, após as eleições devem ser escolhidos novos comandantes para as Forças, havendo uma possível substituição do chefe do Exército, Eduardo Villas Bôas, por um general quatro estrelas mais antigo, como o diretor de Educação do Exército, Mauro Cid. De acordo com a *Folha*, o general Edson Pujol, cotado para assumir o comando do Exército a partir de dezembro de 2018, afirmou, em maio de 2018, que a população não quer “que o país se transforme em um militarismo” e que Bolsonaro não representa o Exército: “muitas das ideias que externa, ele aprendeu na vida militar, mas ele não é um candidato do Exército ou um candidato militar”. (Correio Braziliense – Política – 22/10/18; Folha de S. Paulo – Poder – 22/10/18)

8- Comentários de políticos geraram preocupação aos militares

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, o candidato a vice-presidente na chapa de Jair Bolsonaro (PSL), o general Hamilton Mourão (PRTB), criticou as declarações do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) sobre o Supremo Tribunal Federal (STF). Em vídeo gravado em julho deste ano, o deputado afirmou que o STF teria que “pagar para ver” caso decidisse impugnar a candidatura à presidência da República de Jair Bolsonaro. Mourão informou que o parlamentar foi desautorizado pelo candidato à presidência a dar tal declaração e alegou que “não é uma resposta correta e o próprio Bolsonaro já o desautorizou. Isso está totalmente fora de cogitação”. Ademais, o general afirmou que as Forças Armadas nunca aceitariam tais declarações e que há um “risco zero” de que isto ocorra. De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado*, Mourão foi acusado pelo candidato à presidência da República pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Fernando Haddad, de ser um torturador durante o período do regime militar (1964-1985). Haddad baseou-se no pronunciamento de um músico pernambucano, Geraldo Azevedo, que esteve preso duas vezes e foi torturado durante o regime. Azevedo alegou que Mourão era um de seus torturadores, entretanto, a alegação foi desmentida e o músico se retratou. O general afirmou que processará o músico. Haddad, embora tenha se desculpado pelo equívoco, ainda sustentou que Mourão defendeu o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-chefe do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), reconhecido como torturador durante o regime militar. Segundo a *Folha*, a cúpula da área de Defesa pediu moderação dos candidatos no final das disputas eleitorais. O pedido ocorreu em razão de comentários por parte dos candidatos e seus aliados que não foram bem recebidos pela cúpula. Segundo o jornal, um dos comentários que causaram preocupação foi um vídeo feito pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro. De acordo com o jornal, mesmo com o tom “blague” do deputado, o comentário contrariou os oficiais ao colocar os militares contra o judiciário. Conforme o periódico, os militares acreditam que o general da reserva Augusto Heleno, cotado como ministro da Defesa de um possível governo de Jair Bolsonaro, pode adquirir um papel moderador de forma a evitar esse tipo de discurso. (Correio Braziliense – Política – 24/10/2018; Folha de S. Paulo – Eleições 2018 – 24/10/2018; Folha de S. Paulo – Poder – 25/10/18; O Estado de S. Paulo – Política – 23/10/18; O Estado de S. Paulo – Política – 24/10/2018)

9- Coronel do Exército insultou STF e ameaçou intervenção militar

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, foi divulgado um vídeo no qual o coronel da reserva Carlos Alves. se pronunciou contra o trâmite de uma ação do Supremo Tribunal Federal (STF) para investigar acusações de que o candidato à presidência pelo Partido Social Liberal (PSL), capitão da reserva e deputado federal, Jair Bolsonaro, tenha cometido crime eleitoral ao pagar publicações em redes sociais com recursos oriundos de “caixa 2”. O coronel acusou os membros do STF de “canalhas e vagabundos”. Adicionalmente, Alves ameaçou a ministra do STF e presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Rosa Weber. Em reação às declarações do coronel da reserva, o Ministério Público Federal impetrou uma ação contra o autor do vídeo. Segundo os periódicos, o comandante do Exército, general Eduardo Villas Boas, condenou a afirmação de Alves e solicitou que o Ministério Público Militar iniciasse uma investigação. (*Correio Braziliense – Política – 24/10/2018*; *Correio Braziliense – Política – 25/10/18*; *Folha de S. Paulo – Eleições 2018 – 24/10/2018*; *O Estado de S. Paulo – Política – 24/10/2018*)

10- Militares devem ajudar na realização das eleições 2018

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, as Forças Armadas devem ser enviadas para ajudar na segurança de 356 localidades durante as eleições. O número de locais que contará com a presença das Forças Armadas foi anunciado no dia 24/10/18, pelo Ministério da Defesa. De acordo com o jornal, o Ministério da Defesa enviou militares para as operações de Garantia da Votação e Apuração (GVA) após indicação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que recebeu o pedido de reforço na segurança. Segundo o *Correio*, as operações de GVA serão realizadas nos estados do Acre, Amazonas, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Tocantins. De acordo com o jornal, outros 27 mil membros das Forças Armadas devem dar apoio logístico a Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), auxiliando no traslado de urnas de votação e equipes da Justiça Eleitoral a locais de difícil acesso. Até o dia 24/10/18, as operações de traslado estavam confirmada para 91 localidades em cinco estados: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso do Sul e Roraima. (*Correio Braziliense – Política – 25/10/18*)

11- Exército recebeu blindados dos EUA

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, o Exército Brasileiro recebeu um lote de 96 blindados usados, doados pelo Exército estadunidense. Conforme o jornal, acordos de repasse de material militar entre Brasil e Estados Unidos existem desde a Segunda Guerra Mundial. De acordo com o periódico, outros 32 blindados deverão ser recebidos em janeiro de 2019. (*O Estado de S. Paulo – Política – 25/10/18*)

12- Presidenciável quer colocar um militar no comando da Petrobrás

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, o presidenciável do Partido Social Liberal (PSL), Jair Bolsonaro, pretende, se eleito, delegar a presidência da Petrobrás a um militar. De acordo com o jornal, a opção por atribuir o comando a um general transmitiria uma imagem mais austera, o que poderia diminuir o impacto causado por um governo com políticos mais tradicionais. Segundo *O Estado*, não foram cogitados nomes de integrantes das Forças Armadas cotados para o cargo. (*O Estado de S. Paulo – Política – 25/10/18*)

13- Militares se preocuparam com a situação política do Brasil

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, no dia 24/10/18, durante reunião no Setor Militar Urbano, em Brasília, a cúpula das Forças Armadas argumentou que o próximo presidente deve ocupar-se em reconciliar o país. Segundo o jornal, os oficiais-generais acreditam que as eleições devem ocorrer de forma tranquila, e asseguraram que trabalharão para o “cumprimento da missão constitucional” independentemente do resultado eleitoral. De acordo com *O Estado*, a reunião foi realizada para discutir a interação entre as pastas, com o objetivo de reduzir custos. Segundo o jornal, também foram discutidas as afirmações do presidenciável do Partido dos Trabalhadores (PT), Fernando Haddad, sobre a superioridade das condições bélicas da Venezuela, a “campanha de difamação” da imagem do Brasil e as ameaças do coronel da reserva Antônio Carlos Alves Correia contra a presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Rosa Weber. (*O Estado de S. Paulo – Política – 25/10/18*)

14- Editorial comentou envolvimento de militares na política

Um editorial do jornal *Folha de S. Paulo* afirmou que, depois de 30 anos de democracia sem o envolvimento das Forças Armadas com a política, as “peculiaridades” do momento atual colocaram os militares em evidência. A *Folha* recordou as declarações do comandante do Exército, general Eduardo Villas Boas, às vésperas do julgamento do pedido de *habeas corpus* impetrado pelo ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo o periódico, a manifestação “descabida” pode ser interpretada como “aversão a tuna decisão que evitasse o encarceramento” do ex-presidente. De acordo com o editorial, o avanço da candidatura do militar da reserva e candidato à presidência da República pelo Partido Social Liberal (PSL), Jair Bolsonaro, “incentivou a militância de oficiais que não faz muito deixaram a ativa” e a “camaradagem de caserna e a comunhão de princípios e mentalidades levaram [...] a simpatias de comandantes pela campanha na qual seus ex-colegas se engajaram”. Segundo o editorial, “Bolsonaro sempre despertou alguma desconfiança na cúpula das Forças”, mas atualmente se observa certa satisfação, relacionada ao indício de prestígio da instituição com as intenções de voto para o candidato. Segundo o editorial, as demonstrações de afinidades não acontecem em declarações públicas, uma vez que “os militares têm sabido manter sua isenção diante das não poucas tensões políticas nacionais dos últimos anos”. O editorial destacou também o declínio da segurança pública para aumentar a visibilidade dos militares, além da equipe de auxiliares da campanha de Bolsonaro, constituída por vários generais da reserva que expõe seus pensamentos sobre os problemas do país. Por fim, o editorial lembrou o temor do Alto Comando Militar de que um possível desgaste no eventual governo de Bolsonaro afete a imagem das Forças, e afirmou que o “risco será menor quanto mais inequívoca se mostrar a permanência do apartidarismo e da disciplina [da instituição]”. (*Folha de S. Paulo – Opinião – 25/10/18*)

15- Presidente eleito poderá usar aeronaves da FAB durante a transição de governos

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o presidente eleito no dia 28/10/18, poderá dispor de aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB) durante o período de transição de governos. De acordo com o jornal, não existe previsão para o uso dessas aeronaves, mas, conforme o ministro dos Direitos Humanos e subchefe de Assuntos jurídicos da Casa Civil, Gustavo Rocha, “a prudência manda que ele [o presidente] se transporte dessa forma”. A *Folha* também ressaltou que o regulamento de uso das aeronaves da FAB prevê que o Ministério da Defesa pode “autorizar o transporte

aéreo de outras autoridades nacionais e estrangeiras”. (Folha de S. Paulo – Poder – 25/10/18)

16- General afirmou que a ausência de presidenciável deveu-se a possível atentado
De acordo com os periódicos *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, o general da reserva Augusto Heleno afirmou que o candidato à presidência da República pelo Partido Social Liberal (PSL), Jair Bolsonaro, não participou de debate eleitoral no dia 26/10/18 devido a uma possível ameaça de atentado terrorista. Em vídeo publicado na rede social Twitter, o general e potencial ministro da Defesa de Bolsonaro afirmou que a participação de uma organização criminosa teria sido “comprovada por mensagens, por escutas telefônicas”. Segundo Heleno, o não comparecimento de Bolsonaro a debates no segundo turno não pode ser atribuído ao medo de debater com seu adversário, Fernando Haddad. A residência do candidato, localizada na cidade do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, teve a segurança reforçada com equipamentos de uso militar e rede de camuflagem. (*Correio Braziliense – Política – 26/10/18*; *O Estado de S. Paulo – Política – 26/10/18*)

17- Justiça Federal suspendeu processo seletivo do Exército

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, a Justiça Federal determinou por meio de liminar a suspensão do processo seletivo da 7ª Região Militar (RM) do Exército após ação civil do Ministério Público Federal (MPF). A ação civil originou-se contra o requerimento da seleção que proibia a incorporação de candidatos com mais de cinco anos de serviços prestados a órgãos públicos. Segundo o procurador da República, Ronaldo Sérgio Chaves Fernandes, o requisito “afronta o princípio constitucional da isonomia, prevendo restrição gravosa e destituída de plausibilidade e pertinência com as funções e atividades que serão futuramente exercidas pelos candidatos aprovados”. (*Correio Braziliense – Economia – 26/10/18*)

18- Colunista evidenciou preocupação das Forças Armadas com discurso de presidenciável

Em texto opinativo publicado pelos periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, o jornalista Reinaldo Azevedo ressaltou o teor autoritário do discurso do candidato à presidência pelo Partido Social Liberal (PSL), Jair Bolsonaro. Azevedo recordou a fala proferida no dia 21/10/18, na qual o candidato defendeu uma presença “altiva” das Forças Armadas “colaborando com o futuro do Brasil” e que a “petralhada verão [sic] uma Polícia Civil e Militar, com retaguarda jurídica para fazer valer a lei no lombo de vocês”. Segundo o colunista, a declaração do candidato alarmou as Forças Armadas, que temem que o discurso estimule “exaltados” ao conflito causado por todos os tipos de divergências. Azevedo também evidenciou a expectativa da instituição por uma “palavra de pacificação” e a abstenção do Ministério Público Federal para resolver o problema. O colunista afirmou que o populismo reacionário de Bolsonaro, com valores “facistóides” e “truculentos”, poderá ser “domesticado” no futuro pelas “necessidades do mundo real”. (*Correio Braziliense – Economia – 26/10/18*; *Folha de S. Paulo – Poder – 26/10/18*)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Beatriz Santana Vieira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Bruce Scheidl Campos (Supervisor, mestre em Relações Internacionais); Bruna Carolina da Silva Souto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Junior (Supervisor, doutorando em Relações Internacionais, bolsista FAPESP); Débora Maria dos Reis Pinto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Gabriela Fideles Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Dias de Paula (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Molina Ferreto (Redator, graduando em Relações Internacionais); Solano Pereira d'Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais).